
Encontro de Formação – Arquidiocese de Montes Claros

Campanha da Fraternidade 2019: “Fraternidade e Políticas Públicas”

“Serás libertado pelo direito e pela justiça” (Is 1,27)

16 e 17 de novembro de 2018

- Orientações para a partilha das ideias e planejamento em grupo -

Partilhamos durante todo o encontro vivências e conhecimentos sobre o que são as políticas públicas, que elas se destinam a enfrentar problemas públicos e, com isso, contribuir para a construção de uma sociedade que esteja orientada pela justiça, a fraternidade e a solidariedade. Precisamos agora firmar compromissos de multiplicar o que aprendemos. Para trabalharmos a Campanha da Fraternidade 2019 podemos utilizar diferentes estratégias. Mas é importante que estas correspondam a um percurso em torno de atividades no campo da FORMAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO e CELEBRAÇÃO.

Vamos por partes:

1) Primeiramente, é oportuno lembrarmos os objetivos da Campanha da Fraternidade 2019, para que estejamos em comunhão com o que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB nos orienta, e a partir de nossa realidade propor ações que possibilitem uma vivência significativa e transformadora, que produza frutos permanentes em nossas comunidades e em todo o território da Arquidiocese de Montes Claros.

- Objetivos da Campanha da Fraternidade 2019 –

Objetivo geral

Estimular a participação em Políticas Públicas, a luz da Palavra de Deus e da Doutrina Social da Igreja para fortalecer a cidadania e o bem comum, sinais de fraternidade.

Objetivos específicos

- Conhecer como são formuladas e aplicadas as Políticas Públicas estabelecidas pelo Estado Brasileiro.
- Exigir ética na formulação e concretização das políticas públicas.
- Despertar a consciência e incentivar a participação de todo o cidadão na construção de Políticas Públicas em âmbito nacional, estadual e municipal.
- Propor Políticas Públicas que assegurem direitos sociais aos mais frágeis e vulneráveis.
- Trabalhar para que as Políticas Públicas eficazes de governo se consolidem como políticas de Estado.
- Promover a formação política dos membros de nossa Igreja, especialmente dos jovens, em vista do exercício da cidadania.
- Suscitar cristãos católicos comprometidos na política como testemunho concreto da fé.

2) Agora precisamos botar a mão na massa, ou melhor, AGIR para sermos “fermento na massa”. Para isso, em conjunto, nossa tarefa é pensar e sugerir ações a serem realizadas durante o ano de 2019 para aproveitarmos esse momento oportuno de conscientização e animação que a Igreja no Brasil incentiva. No fim desse documento, no Anexo 01, também estão descritas as pistas de ação propostas no texto-base da Campanha da Fraternidade.

Somos incentivados a propor pelo menos uma ação em cada um dos campos descritos abaixo:

CAMPO	DESCRIÇÃO
FORMAÇÃO	Para bem realizar as ações é necessário aproveitar os conhecimentos populares, os materiais de formação existentes, as orientações da CNBB e da Arquidiocese, e propor maneiras para que nossas comunidades possam conhecer e debater sobre o tema da CF 2019. O que podemos propor para que isso seja possível?
ORGANIZAÇÃO	Motivados pelo que a CF 2019 nos incentiva, precisamos contribuir com ações que tornem perenes os grupos, as frentes de articulação e promoção de atividades, as associações em prol de reflexões e ações sobre as políticas públicas e seus efeitos em nossa sociedade. Enquanto cristãos católicos como podemos nos organizar para sugerir e acompanhar as políticas públicas?
MOBILIZAÇÃO	Após nos empenharmos para buscar formação e colaborar para a formação daqueles que nos cercam, e quando já tivermos nos organizado, será preciso nos mobilizar para que nossas reflexões e ações tenham efeito positivo na sociedade. O momento da mobilização é aquele em que interagimos com as demais instituições e grupos, nos espaços já existentes e naqueles que podem ser criados. Quais ações de mobilização podemos propor?
CELEBRAÇÃO	Tudo o que é proposto só se sustenta se é impulsionado e permeado por uma autêntica espiritualidade, alicerçada na Palavra de Deus e na Eucaristia. Considerando as realidades de nossas comunidades, paróquias e Arquidiocese, o que podemos propor nesse campo da celebração, para alimentarmos nossa espiritualidade e fortalecer a vivência fraterna?

3) Utilize a matriz de planejamento para já começar a pensar quais atividades podemos sugerir, em qual âmbito elas poderão ser realizadas, quais recursos serão necessários e, uma parte fundamental, quais resultados esperamos. Vamos firmes!

MATRIZ DE PLANEJAMENTO DAS AÇÕES
CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2019

ATIVIDADES	ÂMBITO (paroquial, setorial ou arquidiocesano)	RECURSOS NECESSÁRIOS	RESULTADOS ESPERADOS

ANEXO 01:

Pistas de Ação para a vivência da Campanha da Fraternidade 2019

Retiradas do Texto-Base (Edições CNBB)

Participação

- a. Buscar uma participação mais efetiva, com atuação voluntária nas pastorais sociais, buscando priorizar a solicitude e o cuidado com as pessoas em situações de marginalização, exclusão e injustiça, como o empenho sociopolítico da ação evangelizadora da Igreja nas complexas questões sociais ameaçadoras da vida.
- b. Estimular o uso dos serviços públicos de forma consciente, organizada e cuidadosa, valorizando e respeitando sempre os profissionais que lá trabalham, com vistas ainda a uma melhor otimização dos recursos existentes.
- c. Pensar em formas de contribuir para a resolução de situações agravantes aos direitos sociais, considerando as capacitações requeridas para as ações de enfrentamento da realidade identificada.
- d. Promover seminários, debates, rodas de conversa ou outras formas de encontros, com estabelecimento de metas e estratégias de sensibilização e mobilização, tendo em vista contribuir com a necessária reforma política e renovação do quadro de agentes políticos nos três níveis de governo: união, estados e municípios.
- e. Estimular a participação de pessoas idôneas e de caminhada ilibada, como verdadeiros discípulos missionários, no bem comum e por um processo político de pleno exercício da cidadania e isento de interesses não condizentes à grande maioria da população.
- f. Incentivar a criação de observatórios sociais pelo país, em âmbito municipal, estadual e/ou nacional, com membros competentes e idôneos e com estrutura mínima de ouvidoria, diagnóstico, pesquisa, comunicação e monitoramento das iniquidades e/ou inconsistências para que se tornem uma referência de seriedade e um porto seguro e isento a qualquer cidadão brasileiro.
- g. Encorajar a participação dos cristãos leigos e leigas na política. Há necessidade de romper o preconceito comum de que a política é coisa suja, e conscientizar os leigos e as leigas de que ela é essencial para a transformação da sociedade.

- h. Impulsionar os cristãos a construírem mecanismos de participação popular que contribuam para a democratização do Estado e com o fortalecimento do controle social e da gestão participativa.
- i. Incentivar e preparar os cristãos leigos e leigas a participarem de partidos políticos e serem candidatos para o executivo e o legislativo, contribuindo, desse modo, para a transformação social.
- j. Mostrar os membros das nossas comunidades e à população em geral que há várias maneiras de tomar parte na política: nos Conselhos Paritários de Políticas Públicas, nos Movimentos Sociais, nos Conselhos de Escola, na coleta de assinaturas para projetos de lei de iniciativa popular, nos comitês da Lei 9840/99 de combate à corrupção eleitoral e da Lei 135/2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa.

Cidadania

- a. Incentivar as comunidades a promoverem seminários, cursos e encontros de conscientização e formação política, que visem desenvolver a participação cidadã cada vez mais responsável dos cristãos.
- b. Fortalecer canais de participação efetiva da sociedade e de suas entidades representativas na formulação, implantação e controle das Políticas Públicas, por exemplo, a participação em conselhos de controle social, em suas diversas instâncias, constituindo espaços privilegiados para o alcance desse objetivo.
- c. Articular a participação efetiva de membros das comunidades nas instâncias colegiadas do controle social nas Políticas Públicas (Conselho de Saúde e/ou Educação e/ou Segurança Pública, Conferências de Saúde e/ou Educação e/ou Segurança Pública) nas três esferas de governo, oferecendo o respaldo necessário e acompanhamento adequado nesse trabalho.
- d. Reivindicar atendimento humanizado, acolhedor, de qualidade e digno a todo cidadão em qualquer estabelecimento público.
- e. Dar continuidade às discussões iniciadas com a CF de 2012; 2015 e 2017, reforçando a necessidade de um equilíbrio justo e oportuno de todos os brasileiros nos campos sociais, como a saúde pública, a sociedade em geral e a segurança pública.
- f. Estabelecer parcerias com a Defensoria Pública, Controladoria Geral, Advocacia Geral, Procuradoria, Procons, Ministério Público, Fóruns de Justiça, dentre

outros, para acompanhar e denunciar situações de irregularidades na condução da coisa pública.

Bem comum

- a. Conhecer serviços mediante os quais a Igreja se faz solidária com os pequeninos das nossas comunidades e se empenha na superação das injustiças e na construção das relações segundo o Evangelho na sociedade.
- b. Garantir que a prevenção avance para além da informação. É necessário visar não só ao bem-estar individual, mas também ao familiar e de todos através de ações educativas abrangentes e inclusivas.
- c. Promover momentos para exercer o discernimento evangélico acerca do que ocorre no cenário político com repercussão na comunidade, bairro e/ou cidade e identificar eventuais ameaças a harmonia e boa convivência familiar.
- d. Incentivar a intersectorialidade das ações (saúde, educação, desenvolvimento social, justiça, esporte, emprego e renda) para a promoção, prevenção, proteção, tratamento, reabilitação e recuperação do bem-estar, construindo um sociedade justa e saudável.
- e. Refletir nas famílias sobre o que edifica uma sociedade justa e solidária, buscando estratégia de solução efetivas, viáveis e adequadas ao bem-comum.
- f. Rediscutir a própria responsabilidade (em relação à sociedade) em temas como sustentabilidade, respeito aos direitos dos outros, liberdade religiosa, educação para a solidariedade, cuidado com os bens públicos.

REFERÊNCIA:

Texto-base da Campanha da Fraternidade 2019: “Fraternidade e Políticas Públicas”, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Edições CNBB, Brasília, 2018.